



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
cerimônia de abertura da Conferência Mercosul de Emprego e Trabalho  
Decente e assinatura do decreto de convocação da 1ª Conferência  
Nacional de Emprego e Trabalho Decente**

**Palácio do Planalto, 24 de novembro de 2010**

Meu caro companheiro Humberto Blasco, ministro da Justiça e do  
Trabalho da República do Paraguai,

Meu caro companheiro Carlos Lupi, ministro do Trabalho e Emprego,

Meu caro Carlos Eduardo Gabas, ministro da Previdência Social,

Márcia Lopes, do Desenvolvimento e Combate à Fome,

Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
Exterior,

E companheiro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos,

Senhores embaixadores,

Companheiros e companheiras deputados e deputadas aqui: Janete  
Rocha Pietá, Julião Amin, Vicentinho e Vieira da Cunha,

Companheiros prefeitos que estão aqui,

Meu caro companheiro Artur Henrique, presidente da Central Única dos  
Trabalhadores,

Meu caro Alexandre Herculano, diretor da Confederação Nacional da  
Indústria,

Senhores empresários,

Senhores representantes das entidades sindicais,

Senhores jornalistas,

Companheiros e companheiras,

Hoje, como ontem, o trabalho digno é a chave da coesão política e social



de uma verdadeira democracia. Ele não apenas gera riqueza, mas é uma importante fonte de direitos que provê as famílias, integra a juventude, amadurece talentos e cria valores compartilhados, sem os quais é impossível dar sentido e dignidade à própria convivência humana.

Nesse sentido, estou certo de que a centralidade da agenda de todos os governos mundiais – em especial em sociedades como as nossas, da América Latina – deve ser ocupada pelas medidas que visam a garantir postos de trabalho a amplos setores da nossa população, e fazer com que o trabalho possa exercer todos os seus direitos. Estou falando, enfim, de conduzir políticas públicas que gerem mais e melhores empregos.

Quero, portanto, expressar a minha imensa alegria em estar participando, neste momento, deste evento que trata das agendas comuns do emprego e do trabalho decente no Mercosul. E agradecer, desde já, a participação de todos os companheiros e companheiras que, representando governos e trabalhadores das nações que compõem o bloco, estão elevando o patamar democrático dos debates sobre esse tema.

A verdade é que, faltando pouco mais de um mês para encerrar o nosso governo, estou tendo a singular oportunidade de comparecer a um evento que reúne algumas das principais bandeiras que defendemos durante os últimos oito anos. Estou falando do emprego decente da democracia participativa, e da convergência estratégica entre as agendas de governo e os movimentos sociais do Brasil e da América Latina, sobretudo, do nosso querido Mercosul.

Minhas amigas e meus amigos,

O debate sobre as políticas públicas de geração de empregos e garantia de condições decentes de trabalho não pode excluir, em momento algum, os trabalhadores.

A história nos mostrou, afinal, que a força do trabalhador organizado e sua imensa capacidade de mobilização apontam os melhores caminhos para ultrapassar obstáculos que pareciam intransponíveis. E isso não se restringe a



temas relacionados ao mundo do trabalho, mas à própria condução dos rumos de uma nação.

Aqui, no Brasil, fizemos questão, desde 2003, de aprofundar e fortalecer institucionalmente a relação do Estado com os trabalhadores e com amplos setores da nossa sociedade. Estabelecemos mesas permanentes de negociação, criamos novos conselhos nacionais e reativamos alguns que haviam sido extintos.

Fóruns desse tipo possibilitaram, por exemplo, que adotássemos uma política de valorização do salário-mínimo, e que pudéssemos ampliar e aprimorar as medidas relacionadas à segurança alimentar e à garantia de uma vida digna a nossos cidadãos.

As ações resultantes desse processo contribuíram decisivamente para que o Brasil, em plena crise internacional, continuasse com um mercado interno fortalecido, que mantém a roda de nossa economia em contínua movimentação, e chegássemos a 2010 com uma geração recorde de empregos, entre janeiro e outubro, de 2 milhões e 409 mil novos postos de trabalho.

Muitos governos que passaram pelo Brasil não tiveram o prazer de, em muitos anos, criar a quantidade de emprego que nós conseguimos criar, de primeiro de janeiro deste ano a dia 30 de outubro deste ano. A importância desse avanço é inestimável. E, certamente, terá desdobramentos no futuro político do nosso país.

Fico muito alegre, portanto, de assinar aqui o decreto que convoca a Conferência do Emprego e do Trabalho Decente, reiterando os traços de um governo de portas abertas. Aqui, Lupi, é importante lembrar que essa Conferência vai se dar daqui a dois anos. Nós vamos ter um processo de conferências municipais, conferências estaduais. Eu não sei se Vossa Excelência será ou não Ministro do Trabalho daqui a dois anos. A única coisa de que a gente tem certeza é que a Dilma é presidente da República neste



momento, ou seja, é a única coisa. Mas, de qualquer forma, se você for Ministro do Trabalho, não esqueça de me convidar para ser um delegado especial, participando da conferência, quem sabe falando mal dos governos que não (incompreensível).

Bem, na Conferência... Veja, a Conferência que nós vamos realizar, ela vai se somar, já, nós já fizemos 73 conferências em oito anos de mandato. Aqui é uma coisa que eu queria dizer para vocês, que é um dos sucessos do nosso governo que, muitas vezes, surpreende algumas pessoas que deveriam enxergar, porque têm os dois olhos bons, mas que querem ser cegos de não perceber a inovação da relação do nosso governo com a sociedade brasileira. Foram 73 conferências, com esta vamos fazer 74 conferências, e certamente teremos mais conferências, e certamente a Dilma vai fomentar novas conferências para que a sociedade brasileira se sinta de forma ativa, colaborativa e participativa, praticando e ajudando o governo a exercitar a democracia na sua plenitude.

Poderemos, sobretudo, reafirmar um compromisso assumido pelo Brasil junto à Organização Internacional do Trabalho em 2003 e que resultou na Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Meus queridos companheiros e companheiras

Assim como a classe trabalhadora vem dando contribuições fundamentais às transformações em curso no Brasil, ela também contribui, e muito, para a integração regional em sua plenitude. Estou falando de um cenário no qual as questões sociais e culturais, e o pleno exercício de uma democracia cada vez mais participativa, ocupam igualmente o centro da agenda.

Não podemos esquecer que, mesmo antes da criação do Mercosul, que completa 20 anos daqui a quatro meses, as centrais sindicais do Cone Sul já haviam se articulado regionalmente em torno das questões relativas ao mundo do trabalho.



Hoje, os países do bloco, cada qual a seu modo, voltam suas políticas públicas para a retomada do desenvolvimento e a superação das desigualdades sociais.

Essas agendas passaram a permear as discussões das cúpulas presidenciais e resultaram em medidas inovadoras na área do trabalho e da migração, como é o caso do reconhecimento de diplomas – Gabas está aqui – e de direitos previdenciários, entre outros.

A verdade é que o Mercosul, agora, começa a beneficiar o cidadão comum: facilita a vida nas fronteiras; promove o intercâmbio de estudantes universitários, pesquisadores e cientistas; estimula as trocas artísticas e culturais.

A questão do emprego e do trabalho decente precisa fazer parte dessa ampla agenda social. E, felizmente, é isso o que vem ocorrendo. Os países do bloco já contam com a Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego, e atuaram firmemente, em conjunto, na implantação de medidas anticíclicas para garantir os postos de trabalho durante a crise internacional.

Nesta conferência, poderemos avaliar as políticas conduzidas nos últimos anos, trocar experiências e, sobretudo, buscar caminhos para aprimorar as nossas iniciativas.

Tenho a convicção de que este encontro gerará resultados extremamente positivos, já que nesses últimos anos, o povo de nossos países aprendeu a formular as suas próprias perguntas e, cada vez mais, a construir suas próprias respostas.

Meus companheiros e companheiras,

Eu, embora esteja com muita pressa, porque eu tenho um encontro do Sebrae agora, eu queria, companheiro Lupi e companheiro Ministro do Paraguai, companheiros do Mercosul aqui presentes, dizer para vocês que tudo que tem acontecido no Mercosul, tudo o que tem acontecido de evolução no Paraguai, no Uruguai, no Brasil, na Argentina, é apenas o começo da



reparação de coisas que, em alguns momentos, nós já tínhamos conquistado e que em muitos lugares perdemos por causa de golpes, por causa de políticas equivocadas nos nossos países, mesmo quando não tínhamos golpes, por conta de política equivocada, por conta de planos mirabolantes, que deixaram trabalhadores com prejuízos enormes. Eu acho que nós estamos conseguindo fazer um processo de reparação.

Aqui, no Brasil, eu, particularmente, deixo o governo, depois de oito anos, com a consciência tranquila de que nunca antes na história do Brasil houve uma relação tão perfeita entre o governo e o movimento sindical, entre o governo e o movimento social. Nem sempre nós conseguimos tudo, nem sempre vocês saíram da mesa satisfeitos. Aliás, vocês não saem satisfeitos nem quando a gente atende tudo. E eu acho que essa é que é a coisa maravilhosa da evolução da sociedade: é que quando a gente atende tudo, as pessoas descobriram que pediram pouco e que precisam pedir um pouco mais. E assim a gente vai evoluindo, vai avançando, e eu acho que nós estamos em uma situação altamente privilegiada em relação ao resto do mundo.

O Artur acompanha muito e sabe que no G20, os trabalhadores, representados pelas suas confederações internacionais... tem poucos presidentes da República e poucos ministros que têm relação com os trabalhadores para que eles possam entregar apenas uma pauta de reivindicação.

Eu lembro que na reunião do G20, a primeira, o único presidente que as pessoas procuravam era eu, depois passaram a procurar a companheira Cristina, depois, mais tarde, passaram a procurar outros presidentes, porque já foi pressão nossa para que a OIT fizesse parte.

Eu acho que nós cometemos um equívoco, (incompreensível), que não era apenas a OIT que deveria participar, porque a OIT ela, bem ou mal, representa o mundo do trabalho e também o mundo empresarial, ou seja, não representa apenas um lado. E quem representa empresário, nós já temos



muito lá dentro. Ou seja, na verdade, a gente deveria ter brigado para que uma... a gente deveria ter brigado para que a central que representa os trabalhadores internacionalmente estivesse dentro do G20. Essa é uma coisa, Artur, essa... Eu estou falando isso porque eu comentei com a companheira Dilma agora, que ela foi ao G20 comigo, que era preciso que a gente colocasse uma representação dos trabalhadores para participar efetivamente lá dentro. Eu me sentia a representação dos trabalhadores, por isso, eu não briguei muito. Eu me sentia a própria... Agora... É verdade, eu me sentia quase o presidente do sindicato lá. Mas, agora que eu não estou lá, eu acho que nós vamos ter que fazer com que a central que representa os trabalhadores internacionalmente possa ter uma vaga, porque ali se discute tudo – eu falo de coração – se discute tudo, e se não tem uma pessoa para levantar as questões dos trabalhadores, se levanta tudo mas não levanta a questão dos trabalhadores.

Então, é importante que o movimento sindical aprenda a fazer duas coisas. Primeiro, a pressão em cima do seu dirigente, quando ele vai para o Mercosul. Ou seja, cada presidente que for tem que levar para lá pelo menos uma visão do que pensam os trabalhadores. E, depois, eu acho que é importante, nessas vocês não foram, mas eu acho que em toda reunião do G20, acho que pelo menos a direção do Movimento tem que estar lá, panfletando as suas reivindicações, para que a gente nunca esqueça, nunca esqueça de que nada valerá a pena se a gente passar pelo governo e os trabalhadores não tiverem ganhos reais na sua participação democrática, no seu salário e na sua alegria.

Eu, há muito tempo, Artur, que eu não via um presidente de uma Central tão feliz como você. Estou vendo o Juruna ali, feliz da vida. Porque vocês podem até ter discordância com o governo e, certamente, terão em muitas coisas, mas acho que nunca vocês foram tratados com o respeito como vocês foram tratados pelo nosso governo. E esse é um legado que dá a vocês o



direito e a sabedoria de cobrar de quem quer que seja a continuidade desse processo. Ele é mais saudável, ele é mais duro, ele é mais duro porque, muitas vezes, eu falo com a minha assessoria: Por que eu tenho que ir a tal ato? Eu poderia não vir. Mas, muitas vezes é chato, mas é participando dessas coisas que a gente vai criando uma relação de confiança, que a gente vai, cada vez mais, assumindo compromissos. E eu acho que no Mercosul a evolução é muito grande.

Vocês estão lembrados que quando eu cheguei ao governo, o Kirchner chegou ao governo, para dizer os dois países mais velhos, ou seja, de participação no Mercosul, o que se dizia era que o Mercosul ia acabar, que o Mercosul não tinha valor, que era preciso aprovar a Alca, que não tinha... Nós não aprovamos a Alca, nós fortalecemos, e o Mercosul nunca esteve tão fortalecido.

Só para vocês terem ideia, a relação comercial entre Brasil e Argentina está próximo dos US\$ 35 bilhões, coisa que era apenas US\$ 7 bilhões em 2003, quando nós chegamos ao governo. E obviamente que não era possível crescer a balança comercial se não crescesse a produção, se não crescesse a riqueza, se não crescesse o número de emprego, se não crescesse o salário das pessoas, porque no fundo, no fundo, é isso que conta.

Então, companheiros e companheiras, boa Conferência, daqui a dois anos, mas, sobretudo, boa Conferência nos municípios e nos estados, porque será a participação e a qualidade das conferências municipais e estaduais que irão possibilitar a vocês fazer uma grande Conferência Nacional do Trabalho Decente.

Um abraço e boa sorte a todos nós.

(§ 211 A)